

Bloco cresce unindo atores com regimes políticos e econômicos diferentes

Brics ganha peso na política global

A cúpula criou uma voz coletiva de necessidade de mudança e mostrou a insatisfação com o sistema global, destacando que os países emergentes estão subrepresentados

Com a ampliação do Brics definida na 16ª cúpula em Kazan, na Rússia, o bloco ganha peso na geopolítica, se torna uma alternativa de interação para países menos desenvolvidos e fortalece a união de nações com diferentes regimes políticos e econômicos. Já o Brasil teve importante triunfo ao conquistar a indicação de mais um mandato para o banco do Brics. Para a coordenadora do grupo de pesquisa sobre Brics da PUC do Rio de Janeiro, professora Maria Elena Rodríguez, a 16ª cúpula consolida ainda mais o bloco e apresenta com mais força a insatisfação de boa parte do planeta com o sistema atual. "A cúpula cria uma voz coletiva de

necessidade de mudança e traz a insatisfação com o sistema global, destacando que os países emergentes estão subrepresentados nas tomadas de decisões. Isso mostra um peso crescente dessa discussão e, com certeza, faz eco em outras instâncias". Para o professor de ciência política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fabiano Mielniczuk, o Brics tornou-se uma alternativa para os países do Sul Global. "Os países do Sul Global olham para o BRICS e veem uma alternativa à ordem liberal internacional de Bretton Woods, que foi construída quando os americanos e europeus eram muito poderosos. O mundo hoje mudou e o poder já está concentrado em outros lugares". **PÁGINA 5**

DEFINIÇÃO

Coronel estabelece áreas para emenda de bancada

O projeto de lei com novas regras para as emendas parlamentares definiu um rol de 18 áreas consideradas "estruturantes" para a aplicação de emendas parlamentares de comissão e de bancada. A definição dessas áreas era um dos pontos que permanecia em discussão nos últimos dias. **PÁGINA 7**

8 DE JANEIRO

CCJ da Câmara pauta para votação anistia de presos

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Caroline de Toni (PL-SC) pautou para a próxima semana o projeto de lei que trata da anistia aos presos envolvidos nos ataques golpistas às sedes dos Três Poderes no 8 de Janeiro. **PÁGINA 7**

MARIANA



O GOVERNO FEDERAL FORMALIZOU O ACORDO DE R\$ 170 BILHÕES PARA REPARAÇÃO DE DANOS DECORRENTES DO FUNDAMENTO DA BARRAGEM DO FUNDAÇÃO, EM MARIANA (MG), ocorrido em 2015. O ponto central é o pagamento de R\$ 132 bilhões em recursos novos pelas empresas envolvidas na tragédia. Dentre as aplicações está prevista a criação de um novo fundo administrado pelo BNDES e de um programa de transferência de renda a pescadores e agricultores atingidos pela tragédia. Além disso, há investimentos na duplicação de duas rodovias (BR-262 e BR-356) que cruzam os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Na área ambiental, o Fundo Ambiental da União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo receberão um total de R\$ 14,3 bilhões. **PÁGINA 8**

EXPANSÃO

Inflação no Ocidente caiu e deve convergir à meta

A inflação nos países ocidentais caiu e deve continuar diminuindo e convergir para as metas dos bancos centrais até 2026. O FMI admite que o crescimento dos países está cada vez mais dependente do consumo. **PÁGINA 2**

IPCA

Gomes prevê necessidade de algum choque fiscal

PÁGINA 2

CONCORRÊNCIA



A MERCEDES-BENZ SOFREU FORTE QUEDA NO LUCRO DO TERCEIRO TRIMESTRE em meio a um ambiente econômico desafiador e feroz concorrência da China. Entre julho e setembro, a montadora alemã teve lucro líquido de 1,72 bilhão de euros. **PÁGINA 4**

MUDANÇA

Aumenta o número de casais que não têm filhos

Uma mudança estrutural está em curso na sociedade brasileira, segundo dados do Censo 2022 divulgados na manhã desta sexta-feira, 25, pelo IBGE, com cada vez mais pessoas vivendo sozinhas e casais optando por não ter filhos. **PÁGINA 3**

TV

Ataque aéreo de Israel mata três funcionários

PÁGINA 6

IBOVESPA 129.893,32 ↓ -0,13%

Mais Negociados

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PDG REALT ON NM	0,01	0,00%	0,00
HAPVIDA ON NM	3,64	-3,70%	-0,14
USIMINAS PNA N1	6,64	+4,24%	+0,27
VALE ON NM	61,73	+3,40%	+2,03
PETROBRAS PN N2	36,15	+0,70%	+0,25

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
CEMEPE PN	5,00	+13,64%	+0,60
PANATLANTICAPN ED	35,00	+12,90%	+4,00
NORDON MET ON	8,00	+9,14%	+0,67
CEA MODAS ON NM	12,91	+7,85%	+0,94
MERCANTIL ON N1	37,69	+7,04%	+2,48

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
BAHEMA ON MA	4,20	-12,50%	-0,60
AMPLA ENERG ON	13,00	-8,58%	-1,22
COELBA PNA	35,70	-8,46%	-3,30
FICA ON	10,60	-7,75%	-0,89
SEQUIA LOG ON NM	3,990	-7,64%	-0,330

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	42.114,40	-0,61%
S&P 500	5.808,12	-0,030%
NASDAQ	18.518,61	+0,56%
DAX 30	19.463,59	+0,11%
FTSE 100	8.248,84	-0,25%
IBEX 35	11.812,50	-0,23%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,704	5,705	↑ 0,74%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 0,74%

EURO

COMPRA	VENDA	%
6,158	6,159	↑ 0,43%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
7,395	7,399	↑ 0,67%

OURO

BM&FBovespa/Grana	Comex NY/Onça
R\$ 506,64	2.748,09

POSICIONAMENTO

Inflação no Ocidente já caiu e deve convergir à meta até 2026

A maioria dos bancos centrais está bem posicionada para prosseguir com a flexibilização monetária, encontrando um equilíbrio entre afastar o risco de pressões de preços e evitar uma contração indevida

A inflação nos países ocidentais "caiu consideravelmente", deve continuar diminuindo e convergir para as metas dos bancos centrais até 2026, na maioria dos casos, informa o Fundo Monetário Internacional (FMI) em relatório sobre a perspectiva econômica regional do Hemisfério Ocidental, publicado nesta sexta-feira, 25.

No documento, a instituição diz que a inflação está mostrando rigidez principalmente por conta de mercados de trabalho domésticos ainda fortes.

"A maioria dos bancos centrais está bem posicionada para prosseguir com a flexibilização monetária, encontrando um equilíbrio entre afastar o risco de pressões de preços ressurgindo e evitar uma contração econômica indevida", explica a instituição.

O FMI menciona que o crescimento dos países está cada vez mais dependente do consumo e que ele deve permanecer próximo da baixa média histórica, no médio prazo. Eles esperam que os Estados Unidos mantenham o crescimento em 2,8% neste ano, enquanto a zona do euro deve acelerar para 0,8%.

Em um panorama da economia global, o FMI cita que a desinflação global continua, com a inflação de economias avançadas - como Estados Unidos e países da zona do euro - perto da meta de 2%, ajudada pela desinflação nos preços de bens.

Para além do Ocidente, a China mostrou um crescimento "mais resiliente do que o esperado", de acordo com o relatório.

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, afirmou que a instituição prevê que o PIB mundial cresça a um ritmo anêmico de 3,2% ao ano nos próximos cinco anos. Ao mesmo tempo, o Fundo estima que a dívida pública mundial continue a subir, com o risco de superar a projeção de referência em até 20% do PIB mundial em um cenário negativo grave, porém plausível.

"Com trilhões de dólares em dívida pública em todo o mundo. Pagamentos de juros mais altos consumindo uma parcela cada vez maior das receitas fiscais, sobretudo em países de baixa renda e de mercados emergentes. Tudo isso enquanto se acumulam pressões do lado da despesa."

Entre os gastos prioritários, destacam-se desembolsos relacionados ao clima e à demografia e, nos países de mercados emergentes e de baixa renda, investimentos para fechar as lacunas no desenvolvimento. Até 2030, aponta um estudo do FMI, essas pressões sobre os gastos acrescentarão cerca de 7% do PIB à despesa anual nas economias avançadas, 9%



Kristalina Georgieva afirmou que a instituição prevê que o PIB mundial cresça a um ritmo anêmico de 3,2% ao ano nos próximos cinco anos e estima que a dívida pública mundial continue a subir

INFLAÇÃO

Diretor do BC fala em necessidade de algum tipo de 'choque fiscal'

O diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução do Banco Central, Renato Gomes, afirmou que será necessário algum tipo de "choque fiscal" de longo prazo para mover as expectativas de inflação substancialmente. Na avaliação dele, a desaceleração esperada para os gastos públicos no segundo semestre não deve se refletir nessas projeções.

"Você precisa de algo mais duradouro para impactar essas expectativas de inflação", afirmou, em um evento do Bank of America (BofA), em Washington, Estados Unidos. "Um país que assegura os investidores sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal e sobre a possibilidade e convergência da dívida pública, isso vai impactar mais diretamente as expectativas."

Gomes mencionou a incerteza sobre a política fiscal futura como um dos pontos que explicam a desanco-

ragem das expectativas de inflação. Citou, também, outros pontos. Entre eles, a incerteza em torno da inflação corrente, em meio a choques de oferta nos preços de energia e alimentos, além da mudança no ciclo do gado, que tem pressionado os preços de proteínas.

"A depreciação da taxa de câmbio também coloca uma pressão em comercializáveis, então talvez essa seja a razão pela qual os preços industriais não estejam mais ajudando tanto quanto no passado", comentou. Sem essas incertezas, disse Gomes, pode haver alguma atualização nas projeções do mercado.

O diretor do Banco Central disse que há "razões claras" para acreditar que o processo de digitalização e a "revolução de pagamentos" no Brasil sejam uma grande razão para um aumento do crescimento potencial do

Produto Interno Bruto (PIB).

Ele destacou que a revisão do Fundo Monetário Internacional (FMI) mencionou reformas de trabalho como vetor para um aumento do PIB potencial, mas que os dados sobre a digitalização também são importantes.

"Eu não tenho uma ideia clara sobre como o PIB potencial mudou, mas acho que os dados estão aí", disse.

O diretor do BC afirmou também que a desaceleração da economia chinesa pode ter impactos na economia brasileira via preços de commodities, com eventuais efeitos na inflação.

Ele citou, entre eles, a taxa de câmbio, os preços de insumos e a renda, já que o País é exportador de commodities, mas que é preciso observar o efeito em cada matéria-prima.

O diretor disse que a autoridade monetária vai fazer o que for preciso para levar a inflação ao centro da meta,

de 3%, calibrando o ciclo de aperto para "refletir a incerteza a cada ponto do caminho". "Nós vamos continuar com a função de reação que temos feito, de certa forma, vamos continuar olhando a atividade, o hiato do produto, a inflação, em especial a parte mais afetada pela política monetária, para o mercado de trabalho, para as condições financeiras".

Indagado sobre o início "gradual" do ciclo, com um aperto de 0,25 ponto percentual, Gomes afirmou que as incertezas do cenário são elevadas e que há um "valor" na opção por começar mais devagar.

A desaceleração fiscal esperada no segundo semestre deste ano, acrescentou, pode permitir que os efeitos defasados da política monetária, que já estava contracionista, se manifestem com mais força. Além disso, esse início permite não pressionar as precificações do mercado.

"Esse foi o racional para ser gradual no começo do ciclo, e acho que parte desse raciocínio permanece", disse. "Ser gradual é bom. Não estou falando do ritmo, só estou dizendo que existe um raciocínio para pensar sobre as coisas gradualmente."

do PIB nas economias de mercados emergentes e 14% do PIB nos países em desenvolvimento de baixa renda.

Para piorar a situação, o mundo passa por um processo de fratura e o comércio deixou de ser o poderoso motor de crescimento de outrora. O recuo da integração econômica mundial — decorrente tanto de preocupações com a segurança nacional como da raiva dos que saíram perdendo — é visível na proliferação de medidas de política industrial, barreiras comerciais e protecionismo.

Ela defendeu a mudança de rumo visando a reconstrução

das reservas fiscais, os investimentos em reformas que reforcem o crescimento e a colaboração para enfrentar os desafios mundiais.

"Com a flexibilização da política monetária, a consolidação fiscal deve começar já. A credibilidade exige uma comunicação convincente com o público. Os planos fiscais plurianuais devem estabelecer trajetórias de consolidação adaptadas à conjuntura específica de cada país."

Georgieva lembrou que os governos se veem diante de um dilema — mais precisamente, um "trilema": os elevados gastos necessários, os limites polí-

ticos a respeito da tributação e a necessidade de reacumular reservas.

Segundo ela, mobilizar receita interna será fundamental para que muitos países consigam tornar isso tudo possível. "É preciso preservar os investimentos que elevem o crescimento, sobretudo no clima e em tecnologia. E a consolidação deve ser formulada de modo a não prejudicar a proteção social nem o emprego."

No caso da Jamaica, o governo obteve o apoio da população a um pacote cuidadosamente elaborado de reformas de receitas e despe-

sas que não apenas protegeu o investimento público e os gastos sociais, mas também conseguiu reduzir a dívida quase pela metade entre 2012 e 2022. Mais de 20 países conseguiram aumentar a arrecadação tributária em mais de 5% do PIB nas últimas três décadas.

Em paralelo à consolidação fiscal, os países precisam dar início a reformas ambiciosas para elevar o potencial de crescimento. Um crescimento maior não apenas ajuda a criar empregos bem remunerados, mas também alivia o trilema fiscal ao gerar um volume maior de receitas fiscais.

Essas reformas abarcam medidas para o mercado de trabalho, como melhorar a qualificação e encontrar as pessoas certas para os empregos certos; medidas para o mercado de produtos, destinadas a reduzir a burocracia e mobilizar a poupança; e medidas específicas para promover a inovação e elevar a produtividade. Nas economias avançadas, o capital de risco e a integração do mercado de capitais são as prioridades; nos demais lugares, o foco precisa recair também sobre medidas para melhorar a governança e as instituições.

Diário Comercial

Propriedade da Editora **Diário Comercial** Ltda.

FILIADO À:
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo • vipalermo@diariocomercial.com.br
DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Junior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara
IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.



Acesse nossa edição digital:

ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL

REPRESENTANTE COMERCIAL

Rio de Janeiro
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

São Paulo
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

Brasília
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (21) 33806038

Belo Horizonte
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra Q5 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 | Ed. Led Office - Águas Claras CEP: 71950-770
Telefone: (61) 999858648 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

DOMICÍLIOS

Cresce número de casais sem filhos e de brasileiros que moram sozinhos

Entre as quatro espécies de unidades domésticas, a mais frequente continua sendo a nuclear (em que vive só um casal com filho (s) ou só uma pessoa com filho (s)), que representa 64,1% do total

Uma mudança estrutural está em curso na sociedade brasileira, segundo dados do Censo 2022 divulgados na manhã desta sexta-feira, 25, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com cada vez mais pessoas vivendo sozinhas e casais optando por não ter filhos.

A porcentagem de domicílios em que vive apenas uma pessoa deu um salto significativo, passando de 12,2% em 2010 para 18,9% em 2022, em todas as faixas etárias e não mais apenas entre os idosos.

O mesmo ocorreu com a proporção de casais sem filhos: subiu para 16,1% para 20,2% no mesmo período de tempo. A porcentagem de todos os demais arranjos domiciliares caiu, revelando uma alteração cultural e social significativa.

O envelhecimento da população e a queda das taxas de natalidade têm profundos impactos socioeconômicos no País. O Brasil caminha para o fim do chamado bônus demográfico (quando a proporção de jovens, a população economicamente ativa, é maior do que a de idosos e crianças, elevando as chances do País elevar o seu PIB)

Nesse período, entretanto, não conseguimos migrar de país de renda média para renda alta. Outra consequência será a crescente demanda sobre o poder público por maior estrutura de saúde, assistência social e de previdência para os grupos mais velhos.

“Essa mudança (no perfil das famílias) está relacionada a vários fatores”, afirma um dos coordenadores da pesquisa, Márcio Minamigushi. “O primeiro deles é o envelhecimento da população, mas há outros, como o fato de as pessoas estarem adiando o casamento ou mesmo optando por não se casar”, diz.

“E também preferindo adiar ou mesmo não ter filhos. Existe uma mudança no comportamento, na formação da família, que atinge as pessoas mais jovens e o envelhecimento da população”, acrescenta

O IBGE considera quatro espécies de unidades domésticas: as unissociais: aquelas com apenas um morador; as nucleares: em que vive só um casal, um casal com filho (s) ou só uma pessoa com filho (s); as estendidas: onde existe a presença de algum outro membro da família, como neto (s), avó (s), genros e noras e as compostas, onde vive também algum outro indivíduo que não seja da família.

Entre as quatro espécies de unidades domésticas, a mais frequente continua sendo a nuclear, que representa 64,1% do total, ante 66% no Censo anterior, de 2010.

Na sequência, vem o tipo unipessoal (18,9%), que era de 12,2% na edição anterior. O modelo estendido foi de 15,4%, ante 19,1% no último Censo. Já o domicílio composto ficou em 1,5% - era 2,5% na década passada. Ou seja, o único tipo de unidade doméstica que aumentou sua participação foi a unipessoal, além do número de casais sem filhos - englobados na nuclear.

As maiores proporções de domicílios com apenas um morador foram registradas no Rio de Janeiro (23,4%), Rio Grande do Sul (22,3%) e Espírito Santo (20,6%), sendo que Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são os Estados com a população mais envelhecida.

Os menores percentuais de casas unipessoais estão no Amapá (12,0%), Amazonas (13,0%) e Pará (13,5%), que também são os Estados mais jovens do País.

Mas isso não significa que o



Casal sem filhos cresce no Brasil: essa mudança no perfil das famílias está relacionada a vários fatores, como o fato de as pessoas estarem adiando o casamento ou mesmo optando por não se casar

CENSO

Número de casais do mesmo sexo subiu quase sete vezes desde 2010

Novos números do Censo Demográfico 2022 divulgados nesta sexta-feira, 25, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que, embora o percentual de casais do mesmo sexo ainda seja muito baixo em relação à população em geral, houve um aumento significativo nos últimos 12 anos.

Em 2022, as unidades domésticas compostas por pessoa responsável e cônjuge ou companheiro do mesmo sexo representavam 0,54% do total. Mas o crescimento foi expressivo. Em 2010, a porcentagem era de 0,1%. O número deste tipo de unidade doméstica passou de 59.957 em 2010 para 391.080 em 2022. O Censo registrou também uma queda expressiva das unidades domésticas formadas por responsável e cônjuge ou companheiro de sexo diferente: de 65,3% para 57,5%, no mesmo período.

As maiores proporções de unidades domésticas onde vivem casais homoafetivos estavam no Distrito Federal (0,76%), no Rio de Janeiro (0,73%) e São Paulo (0,67%). As menores proporções foram registradas no Piauí (0,25%), Maranhão (0,30%) e Tocantins (0,31%).

O aumento neste período é coerente com a história do casamento gay no Brasil. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou as uniões estáveis homoafetivas a heteroafetivas. Dois anos depois, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça publicou uma resolução autorizando o casamento civil.

Dados da Associação Nacional dos



As unidades domésticas compostas por companheiros do mesmo sexo representava 0,54%

Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) revelam que, desde 2013, o Brasil vem registrando, em média, 7,6 mil casamentos homoafetivos por ano, sendo 56% deles entre mulheres e 44% entre homens.

Números inéditos do Censo Demográfico 2022 divulgados nesta sexta-feira, 25, pelo IBGE mostram também que o maior percentual de pessoas vivendo sozinha no País ainda é de idosos, embora venha crescendo também em outras faixas etárias.

A porcentagem de domicílios em que vive apenas uma pessoa deu um salto significativo, passando de 12,20% em 2010 para 18,9% em 2022. Deste total, o maior grupo (28,7%) ainda é o de pessoas com 60 anos ou mais. São

5.664.602 brasileiros idosos vivendo sozinhos em todo o País. Apenas em São Paulo são 1.336.761.

“O envelhecimento da população é a principal explicação”, explicou Márcio Minamigushi, do IBGE. “Os parceiros morrem, os filhos saem de casa, as pessoas vão ficando sozinhas.”

É o caso de Eliana Neves, de 65 anos, que vive sozinha em um grande apartamento de cobertura na zona sul do Rio de Janeiro. Em 2009, ela perdeu um filho de 25 anos que nasceu com fibrose cística, uma doença que provoca o necrosamento do pulmão. Dois anos depois, ela se separou do marido, com quem estava casada desde 1982 e ficou vivendo apenas com a filha mais nova. Em 2016, no entanto, a jovem se

casou e saiu de casa.

“Eu fiquei aqui feliz da vida”, disse Eliana, que tinha acabado de voltar da academia, onde malha todos os dias. “Vivo num apartamento grande sozinha, mas não sinto nada de solidão. Tenho meus dias muito ocupados e viajo muito.”

A mãe de Eliana, que morreu em fevereiro, aos 97 anos, vivia também sozinha em um outro apartamento na mesma rua, mas nenhuma das duas quis abrir mão de sua independência, apesar dos encontros diários e do apoio mútuo.

As maiores proporções de domicílios com apenas um morador foram registradas no Rio de Janeiro (23,4%), Rio Grande do Sul (22,3%) e Espírito Santo (20,6%), sendo que Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são os estados com a população mais envelhecida. Os menores percentuais de casas unipessoais estão no Amapá (12,0%), Amazonas (13,0%) e Pará (13,5%), que também são os estados mais jovens do País.

De fato, números do Censo 2022 divulgados no fim do ano passado, mostravam que as regiões Norte e Nordeste são as mais jovens do País, onde 25% e 21% da população têm até 14 anos. As regiões mais velhas são o Sudeste e Sul, ambas com percentuais de idosos que chegam a 12%.

No Brasil, as pessoas com mais de 65 anos já representam 10,9% da população - uma alta recorde frente aos números de 2010, quando os idosos representavam 7,4% do total. Em 1980, para se ter uma ideia, os mais jovens eram 38,2% e os mais idosos apenas 4%. Ou seja, a “pirâmide” demográfica brasileira se parece cada vez menos com uma pirâmide e vai adquirindo um formato mais similar ao de uma ânfora, indicando que a grande maioria da população, atualmente, é de meia idade.

aumento está relacionado apenas ao envelhecimento da população. Embora o grupo etário acima dos 60 anos ainda seja o mais prevalente entre os domicílios unipessoais (28%), foi o que registrou o menor crescimento entre 2010 e 2022 (33,5%).

Na faixa de 18 a 24 anos, o aumento do número de domicílios com apenas um morador foi de 52,2%. Já no grupo entre os 25 e 39 anos, o crescimento chegou a 61,4%; e entre os 40 e os 59 anos, o salto foi de 56,2%.

Segundo o Censo 2022, o Brasil tem cerca de 72 milhões de unidades domésticas, 15 milhões a mais do que o registrado em 2010. O número médio

de moradores por domicílio também vem caindo, era de 3,7 em 2000, passou a 3,3 em 2010 e, em 2022, foi de 2,8. Atualmente, 72,3% das unidades domésticas têm até 3 moradores.

Uma outra mudança estrutural importante captada pelo Censo diz respeito a maior porcentagem de mulheres e negros como os principais responsáveis pelas unidades domésticas. Em 2022, 50,9% eram homens (37 milhões) e 49,1%, mulheres (36 milhões); uma alteração significativa em relação a 2010, quando o percentual de homens era muito maior (61,3%) do que o de mulheres (38,7).

Em dez Estados, o percentual

de mulheres responsáveis pela unidade doméstica já é maior que o de homens: Pernambuco (53,9%), Sergipe (53,1%), Maranhão (53,0%), Amapá (52,9%), Ceará (52,6%), Rio de Janeiro (52,3%), Alagoas (51,7%), Paraíba (51,7%), Bahia (51,0%) e Piauí (50,4%).

Uma outra mudança importante diz respeito à raça. Em 2022, pela primeira vez, a proporção de pardos (43,8%) superou a de brancos (43,8%) entre os responsáveis pelas unidades domésticas. Em 2010, essas proporções eram, respectivamente, 40,0% e 49,4%.

De 2010 para 2022, a proporção de unidades domésticas

com pessoa responsável, cônjuge e filhos de ambos recuou de 41,3% para 30,7%, enquanto a proporção de unidades com responsável, cônjuge e filho de um dos cônjuges recuou de 8% para 7,2%.

No mesmo período, a proporção de casais sem filhos subiu de 16,1% em 2010 para 20,2% em 2022.

O IBGE também divulgou nesta sexta-feira os números de óbitos. Entre agosto de 2021 e julho de 2022, foram informados no Censo Demográfico 2022 um total de 1,3 milhão de óbitos no País, sendo 722,2 mil homens (54,5%) e 603,9 mil mulheres (45,5%).

O Censo 2022 captou um número de óbitos inferior ao registrado pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. Segundo o IBGE, isso é esperado numa pesquisa domiciliar e pode ser atribuído a erros de memória dos entrevistados e à impossibilidade de um Censo captar os óbitos ocorridos em domicílios unipessoais.

Na faixa etária dos 15 aos 34 anos, as mortes masculinas são bem mais numerosas que as femininas. As principais causas de óbito nessas idades são externas ou violentas (homicídios, suicídios, acidente de trânsito, entre outros).

Pixabay

AGROGALAXY

PREÇOS BAIXOS

Justiça rejeita devolução de R\$ 31,9 milhões à Rainbow

A empresa chinesa havia solicitado a devolução dos produtos, alegando que as entregas ocorreram após um aditivo a uma confissão de dívida de R\$ 110 milhões



Plantação da Agrogalaxy: a Justiça afirmou que o impedimento de cancelamento de contratos só se aplica quando o motivo é o próprio pedido de recuperação judicial da empresa

A juíza Alessandra Gontijo do Amaral, da 19ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia (GO), negou o pedido da Rainbow Defensivos Agrícolas para recuperar R\$ 31,9 milhões em produtos entregues à Agrogalaxy pouco antes do pedido de Recuperação Judicial. A decisão também esclareceu pontos sobre a execução de garantias dentro do processo.

A empresa chinesa de defensivos havia solicitado a devolução dos produtos, alegando que as entregas ocorreram após um aditivo a uma confissão de dívida

de R\$ 110 milhões, a ser paga em quatro parcelas de R\$ 27,5 milhões. O acordo incluía garantias como o endosso de títulos no valor de R\$ 34,5 milhões e contratos de venda de milho. No entanto, a juíza considerou que o pedido da Rainbow buscava contornar os efeitos da recuperação judicial, o que não é permitido pela legislação. A magistrada indicou que eventuais questionamentos sobre a validade do negócio deveriam ser tratados em uma ação judicial própria.

No mesmo despacho, a juíza analisou embargos de declaração apresentados por outros credores. Apenas os embargos

da multinacional Syngenta foram parcialmente aceitos, com a juíza esclarecendo que a proibição de execução de garantias aplica-se somente nos casos em que há impedimento de vencimento antecipado ou de amortização acelerada dos contratos. A decisão também reafirmou a validade da Súmula 581 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que permite a execução de garantias oferecidas por terceiros não sujeitos à recuperação judicial.

A juíza explicou que o impedimento de cancelamento de contratos só se aplica quando o motivo é o próprio pedido de recuperação judicial da Agro-

galaxy. Ela também rejeitou os pedidos do Banco do Brasil sobre garantias financeiras, determinando que essas questões devem ser discutidas em processos específicos para revisar ou questionar as dívidas. Além disso, a juíza considerou os pedidos da empresa Albaugh Agro Brasil fora do prazo legal, portanto, eles não serão analisados.

A decisão também menciona que o primeiro edital da recuperação judicial foi publicado no Diário da Justiça de Goiás em 9 de outubro, e que o prazo para objeções ao plano de recuperação só começará

após a publicação do aviso de recebimento dele.

A Agrogalaxy, que pediu recuperação judicial em setembro de 2024, enfrenta dívidas de R\$ 4,6 bilhões. Como parte de seu plano de reestruturação, a empresa fechou 95 lojas, reduzindo sua operação de 169 para 74 unidades, além de demitir mais de 500 funcionários, mantendo um quadro de 1.150 colaboradores. A crise na Agrogalaxy começou após a empresa falhar no pagamento de uma parcela de R\$ 70 milhões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) emitidos em 2022.

Usiminas registra lucro líquido de R\$ 185 milhões

A Usiminas registrou lucro líquido de R\$ 185 milhões no terceiro trimestre de 2024, revertendo assim o prejuízo de R\$ 166 milhões reportado no mesmo período de 2023.

A companhia também reverteu o Ebitda ajustado, com uma cifra de R\$ 426 milhões. No terceiro trimestre do ano passado, o indicador ficou negativo em R\$ 20 milhões. A margem Ebitda ajustada foi de 6%, aumento anual de 6,5 pontos percentuais.

A receita líquida, por sua vez, cresceu 2% ano contra ano, atingindo R\$ 6,817 bilhões. Segundo a companhia, o resultado reflete o aumento da receita líquida na unidade de siderurgia, que cresceu 8% no trimestre, com destaque para o avanço de 10% das vendas no mercado doméstico.

O resultado financeiro da companhia ficou em R\$ 55,8 milhões negativos no terceiro trimestre. No mesmo período do ano passado, a cifra somou R\$ 97,8 milhões positivos.

O capex da Usiminas somou R\$ 202 milhões entre julho e setembro, o que representa recuo anual de 77% e trimestral de 13%.

Apesar do maior volume de vendas, os números foram fortemente impactados pelo aumento das importações de aços laminados, especialmente da China, o que pressionou os preços no mercado.

"Não é novidade que a Usiminas, assim como toda a indústria siderúrgica brasileira, está passando por um momento desafiador. Os elevados níveis de importação de aço proveniente principalmente da China, que chegam até o país com preços artificialmente baixos, abaixo do custo em alguns casos, criam uma concorrência desleal com o aço nacional", comenta Marcelo Chara, presidente da Usiminas.

O executivo reforça a importância de uma ação do governo brasileiro para garantir isonomia de competição. "O México recentemente aumentou a tarifa de importação para 25%. Em comparação, a tarifa de importação do Brasil está em 10,8%. Isso leva a uma invasão de produto porque outros mercados se fecharam para a concorrência desleal, enquanto o Brasil continua aberto", afirma.

O investimento do 3T23 totalizou R\$ 886 milhões, destinado, principalmente, à reforma do Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga, maior investimento da companhia no ano. Com a conclusão das obras, a Usiminas prepara o equipamento para a entrada em operação.

"É um trabalho cuidadoso para retomar com segurança e cuidado com o meio ambiente. Foi uma obra complexa e que trará muitos benefícios e competitividade para a Usiminas. O Alto Forno 3 tem diversas melhorias de tecnologia que melhoram o desempenho, impactando em custos e na redução de emissão por tonelada produzida", destaca Chara.

Entre os ganhos esperados estão o aumento da produtividade, com a redução de consumo de combustível e carga metálica, e diminuição das emissões de carbono. Esses ganhos serão percebidos no primeiro trimestre de 2024, após o período de ramp-up para estabilização operacional do equipamento.

Além do Alto-Forno 3, que agrega melhorias ambientais em sua nova configuração, outra medida realizada na Usina de Ipatinga com foco na performance ambiental foi a paralisação da Coqueria 3, que também contribuiu para a redução de custos, um dos principais focos da gestão.

O presidente ressalta que o cenário do mercado, pode impactar na produção da companhia. Ao invés de um retorno à plena carga na Usina de Ipatinga, a Usiminas irá analisar o cenário e sua configuração produtiva.

TRANSIÇÕES

Mercedes-Benz teve forte queda no lucro do terceiro trimestre

A Mercedes-Benz sofreu forte queda no lucro do terceiro trimestre em meio a um ambiente econômico desafiador e feroz concorrência da China. Entre julho e setembro, a montadora alemã teve lucro líquido de 1,72 bilhão de euros, representando cerca de metade do ganho de 3,72 bilhões de euros apurado em igual período do ano passado.

Na mesma comparação, a receita caiu 6,7%, para 34,53 bilhões de euros. Os resultados ficaram abaixo das expectativas de analistas consultados pela FactSet, que previam lucro de 1,93 bilhão de euros e receita de 36,29 bilhões de euros.

A Mercedes-Benz gerou vendas sólidas no terceiro trimestre, apesar das transições de produtos. A geração contínua de fluxo de caixa livre do negócio industrial atingiu 2,39 bilhões de euros para o terceiro trimestre, apoiado pelo desenvolvimento favorável do capital de giro. A liquidez líquida atingiu 28,73 bilhões de euros.

Harald Wilhelm, diretor financeiro do Mercedes-Benz Group AG, disse que a concorrência acirrada, principalmente na Ásia, superou a disponibilidade aprimorada de produtos, levando a um lucro menor.

O EBIT do terceiro trimestre

foi mais fraco em comparação com o segundo trimestre devido a preços líquidos mais baixos e um mix de vendas menos favorável, levando a um retorno ajustado sobre as vendas (RoS) de 4,7% no trimestre. Além das condições de mercado mais difíceis, o mix de vendas do terceiro trimestre também foi impactado pelas transições de produtos, por exemplo, as novas versões ICE e BEV do Classe G, que estarão disponíveis nos principais mercados no quarto trimestre.

O retorno ajustado sobre as vendas (RoS) ficou abaixo do ano anterior, com 13,5%, impulsionado por vendas mais baixas e em linha com as expectativas. Um mix de vendas saudável suportado por uma melhor substância do produto compensou parcialmente os volumes de vendas mais baixos. Além disso, as melhorias de custos continuaram.

O EBIT ajustado diminuiu para 285 milhões de euros, impulsionado principalmente por uma margem de juros mais baixa, que foi impactada pela evolução da taxa de juro num ambiente competitivo. Como resultado, o retorno ajustado sobre o patrimônio líquido (RoE) atingiu 8,9%.

A empresa prevê vendas ligeiramente abaixo das de



Fábrica da Mercedes-Benz: o EBIT ajustado diminuiu para 285 milhões de euros

2023. A participação de veículos híbridos BEV e plug-in (xEVs) é observada entre 18% e 19% em 2024. A orientação para o retorno ajustado das vendas é observada em 7,5% a 8,5%. O RoS ajustado da Mercedes-Benz Vans é visto na faixa entre 14% e 15%. O retorno ajustado sobre o patrimônio líquido da Mercedes-Benz Mobility é visto na faixa de 8,5% a 9,5% para 2024. A receita do grupo é vista um pouco abaixo do ano anterior. O EBIT do Grupo Mercedes-Benz e o Fluxo de Caixa também são

vistos significativamente abaixo do nível do ano anterior.

A Mercedes-Benz expandiu a gama da família GLC, que com o GLC 200 d 4MATIC e o GLC 200 d 4MATIC Coupé, dois novos modelos básicos com motores diesel eletrificados e eficientes, completam o portfólio. Os novos modelos podem agora ser encomendados na Alemanha através dos parceiros de vendas da Mercedes-Benz e online.

O GLC SUV está disponível a partir de 53.743,73 euros e o GLC Coupé a partir de 57.540,78

RECONHECIMENTO

Brics ganha peso na política global e une vários regimes

A cúpula de Kazan serviu para reunir países com atritos entre eles e o Brics pode funcionar como uma organização para estabilizar essas tensões internacionais

Com a ampliação do Brics definida na 16ª cúpula em Kazan, na Rússia, o bloco ganha peso na geopolítica, se torna uma alternativa de interação para países menos desenvolvidos e fortalece a união de nações com diferentes regimes políticos e econômicos. Já o Brasil teve importante trunfo ao conquistar a indicação de mais um mandato para o banco do Brics.

Essa são algumas avaliações de especialistas em Brics consultados pela reportagem, que questionou quais foram os principais resultados da primeira cúpula com os novos membros plenos - Irã, Egito, Emirados Árabes Unidos e Etiópia - e que definiu mais 13 possíveis membros associados, entre eles, Cuba, Bolívia, Turquia, Nigéria e Indonésia.

Para a coordenadora do grupo de pesquisa sobre Brics da PUC do Rio de Janeiro, professora Maria Elena Rodríguez, a 16ª cúpula consolida ainda mais o bloco e apresenta com mais força a insatisfação de boa parte do planeta com o sistema atual.

"A cúpula cria uma voz coletiva de necessidade de mudança e traz a insatisfação com o sistema global, destacando que os países emergentes estão subrepresentados nas tomadas de decisões. Isso mostra um peso crescente dessa discussão e, com certeza, faz eco em outras instâncias", afirmou.

Rodríguez citou ainda a presença do secretário-geral da ONU, António Guterres, como sinal desse prestígio que a organização ganhou. "Tem um ganho de legitimidade. Acho que isso mostra sinais claros de um peso crescente na política global", acrescentou, lembrando que 36 países estiveram representados no encontro.

Para o professor de ciência política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fabiano Mielniczuk, o Brics tornou-se uma alternativa para os países do Sul Global.

"Os países do Sul Global olham para o BRICS e veem uma alternativa à ordem liberal internacional de Bretton Woods, que foi construída quando os americanos e europeus eram muito poderosos. O mundo hoje mudou e o poder já está concentrado em outros lugares", afirmou.

O termo Sul Global é usado para se referir aos países pobres ou emergentes que, em sua maioria, estão no hemisfério Sul do planeta. Já a Conferência de Bretton Woods foi o acordo costurado após a 2ª Guerra Mundial e que definiu a criação de instituições como as Nações Unidas (ONU) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

O professor Fabiano Mielniczuk, que atua no programa de estudos estratégicos internacionais da UFRGS, avalia também que o Brics, diferentemente de outros blocos, cresce unindo atores com regimes políticos e econômicos diferentes.

"Os países sempre falam que eles não são anti-ocidentais. Eles só não são ocidentais. Eles pretendem fazer uma cooperação econômica e política que apresente alternativas àqueles que não querem seguir tudo que o ocidente prega como sendo a maneira correta de viver e de se organizar política ou economicamente. Não precisa ser todo mundo igual, agindo a partir da mesma cartilha de racionalidade ocidental. Quanto mais



Putin se reúne com os presidentes de outros países do Brics, durante a 16ª cúpula em Kazan, na Rússia: bloco ganha prestígio com a presença de António Guterres

VETO

Venezuela diz que foi agressão o Brasil barrar sua entrada no Brics

O governo da Venezuela afirmou que o Brasil vetou o ingresso do país caribenho no bloco do Brics e disse que o ato foi uma agressão. O Itamaraty, no entanto, sustenta que o grupo apenas definiu os critérios e princípios para novas adesões. Durante esta semana, foi definido em Kazan, na Rússia, os países que poderiam fazer parte do grupo como membro associado, mas a Venezuela ficou de fora.

"O povo venezuelano sente indignação e vergonha por esta agressão inexplicável e imoral da diplomacia brasileira (Itamaraty), mantendo o pior das políticas de Jair Bolsonaro contra a Revolução Bolivariana fundada pelo comandante Hugo Chávez", afirmou, em nota, o ministério das Relações Exteriores venezuelano.

Após consenso entre os dez países membros do Brics, a Rússia ficou de convidar 13 países para participarem da organização na modalidade de membros associados. Na América Latina, Cuba e Bolívia foram as nações selecionadas. Nigéria, Turquia, Malásia e Indonésia também foram citadas como atendendo aos critérios definidos.

O Brasil tem se afastado diplomaticamente da Venezuela depois da eleição de 28 de julho deste ano que resultou na reeleição do presidente Nicolás

Maduro. A eleição foi contestada pela oposição, por organismos internacionais e países, entre eles, o Brasil, pelo fato de os dados eleitorais por mesa de votação não terem sido apresentados.

Maduro tem interesse em ingressar no Brics e participou da 16ª cúpula realizada nesta semana na Rússia, tendo se reunido com o presidente Vladimir Putin. Ao ser questionado em coletiva de imprensa nesta quinta-feira (24), Putin disse que respeita a posição do Brasil em relação à eleição venezuelana, apesar de não concordar.

"Espero sinceramente que o Brasil e a Venezuela resolvam as suas relações bilaterais durante a discussão bilateral. Conheço o presidente Lula como uma pessoa muito decente e honesta e tenho certeza de que ele abordará esta situação de uma posição objetiva. E pedi-me que transmitisse algumas palavras ao presidente da Venezuela durante a nossa conversa telefônica. Espero que a situação melhore", disse Putin, acrescentando que a inclusão de novos países só ocorre por consenso dos membros plenos do grupo.

O Itamaraty explicou que não defende a inclusão de um ou de outro país, mas que defendeu a criação de critérios e princípios que norteiam a escolha dos

novos membros do Brics. Segundo o secretário de Ásia e Pacífico do Ministério de Relações Exteriores (MRE), embaixador Eduardo Paes Saboia, entre os critérios estão a defesa da reforma da ONU, a não aceitação de sanções econômicas unilaterais, além de se ter relações amigáveis com todos os países membros.

A coordenadora do grupo de pesquisa sobre Brics da PUC do Rio de Janeiro, professora Maria Elena Rodríguez, avaliou que a posição do Brasil foi coerente uma vez que as relações entre os dois países não estão amigáveis neste momento.

"Não temos relação amigável com a Venezuela neste momento. Não temos uma relação amigável com a Nicarágua, que é outro país que havia manifestado interesse em entrar no Brics. Esse é um ponto fundamental. Você não pode ter no bloco dois países com os quais você não tem uma boa relação", avaliou.

Em agosto deste ano, Brasil e Nicarágua expulsaram os respectivos embaixadores após desentendimentos relacionados a atritos entre os governos. A pedido do Papa Francisco, o Brasil vinha tentando intermediar junto à Nicarágua a libertação de um bispo preso no país, o que não teria agradado o governo de Daniel Ortega.

diferença, melhor", disse.

Mielniczuk destacou ainda que a cúpula de Kazan, na Rússia, serviu para reunir países com atritos entre eles, como China e Índia, Armênia e Azerbaijão, Egito e Etiópia, e que o Brics pode funcionar como uma organização para estabilização de tensões internacionais.

"A China e a Índia fizeram um encontro bilateral que não ocorria há quatro anos por conta de problemas entre suas fronteiras, que arriscava até levar a um conflito, e eles resolveram esses problemas. Isso é muito bom para sinalizar para o mundo que os BRICS podem ser uma plataforma também para facilitar a conversa e a cooperação", destacou.

Para a professora da PUC do Rio, Maria Elena Rodríguez, é incorreta essa visão de que o grupo tenta ser uma espécie de contraponto ao ocidente. "Não é

estar contra o ocidente. O Brics é um fortalecimento desse Sul Global. E isso, de alguma maneira, vai colocá-los nesse cenário internacional e o ocidente vai ter que, de alguma maneira, reconhecer. Acho que já reconhece", disse.

O convite para a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, continuar no Banco do Brics foi um reconhecimento do prestígio do país, resultando em uma política vitoriosa das relações exteriores do Brasil, na avaliação de Mielniczuk.

"Lula chama atenção para a necessidade de se pensar em mecanismos alternativos ao dólar. E é exatamente isso que a presidente Dilma está fazendo no banco do Brics. Acho que o Brasil jogou duro nas negociações de novos membros para conseguir colher resultados em outro lugar, e esse outro lugar foi o banco do Brics. Foi

muito bem sucedida a cúpula do ponto de vista da diplomacia brasileira", avaliou.

A professora Maria Elena lembrou que o Brasil assume a liderança do bloco no próximo ano e que o desafio será enorme diante de uma organização mais ampla e mais consolidada.

"Terá que ser uma agenda que recolha os anseios e as aspirações do Brasil e do continente. Como avançar na questão de o que os BRICS querem no futuro, como concretizar as políticas e os instrumentos econômicos? Como concretiza as negociações em moedas locais?", questionou.

O aumento do uso de moedas locais no comércio dentro do bloco e a criação de uma plataforma interbancária que conecte os sistemas financeiros dos países membros estão entre os desafios futuros do Brics.

Outro resultado da cúpula

do Brics foi mostrar que a Rússia não está isolada por causa da guerra na Ucrânia, na avaliação de Fabiano Mielniczuk.

"Isso quer dizer que todo mundo que foi para lá apoia a Rússia em tudo? Não, não quer dizer. O Brasil mesmo tem posturas que são contrárias, muitas vezes, aos interesses russos. Só que eles são adultos já o suficiente para entender que é normal que os estados tenham interesses diferentes", ponderou.

Para a professora Rodríguez, da PUC de Minas, não se deve reduzir a cúpula do Brics apenas à Rússia pelo fato de ela sediar o evento e estar em guerra.

"Muitos falam que a cúpula foi um triunfo para a Rússia, mas acho que é um triunfo para o Brics mesmo. Mostra a consolidação desse bloco que tem uma voz e tem uma presença no mundo global já muito consolidada", destacou.

JUROS

Bolsas fecham sem direção e têm semana negativa

As bolsas da Europa fecharam a sessão sem direção única e a semana em baixa, com investidores dividindo atenções entre a temporada de balanços e discussões macro.

O FTSE 100, de Londres, recuou 0,25%, aos 8.248,84 pontos (-1,31% na semana). O CAC 40, de Paris, caiu 0,08%, encerrando em 7.497,54 pontos (-1,52% na semana). O DAX, referência em Frankfurt, teve leve alta de 0,11%, a 19.463,59 pontos (-1,07% na semana). As cotações são preliminares.

A alta recente dos juros dos Treasuries reduziu o apetite por risco e impactou as bolsas europeias, assim como as incertezas em relação ao ciclo de afrouxamento monetário do Banco Central Europeu (BCE). A presidente do BC, Christine Lagarde, disse que as taxas permanecerão restritivas pelo tempo necessário para atingir meta de 2%.

O presidente do BC da Lituânia, Gediminas Simkus, disse não ver justificativa para corte de juros mais agressivo; Boris Vujcic, do BC da Croácia, afirmou ainda não ter chegado a conclusão sobre o resultado da reunião de dezembro da autarquia; Martins Kazaks, do BC da Letônia, disse que não há necessidade de as taxas de juros caírem abaixo do nível neutro; E Bostjan Vasle, membro do Conselho do BCE, declarou que não se deve apressar a redução das taxas.

No noticiário corporativo, Mercedes recuou 0,98% após lucro operacional baixar. Remy Cointreau subiu 1,01% mesmo após piorar guidance para 2024. E Lloyds Bank recuou 7,30% enquanto investidores analisam impacto do caso Close Brothers (-24,51%) na empresa, exposta ao setor através da Black Horse.

Em outras bolsas, o Ibex 35, de Madri, recuou 0,23%, para os 11.812,50 pontos (-0,65% na semana). O FTSE MIB, de Milão, fechou em alta de 0,22%, a 34.776,10 pontos (-1,22% na semana). Já o PSI 20, de Lisboa, subiu 0,34%, aos 6.513,28 pontos (-2,41% na semana). As cotações são preliminares.

As bolsas asiáticas fecharam majoritariamente em alta nesta sexta-feira, 25, com exceção da do Japão, onde investidores aguardam o resultado de eleição parlamentar a ser realizada no fim de semana.

O índice Hang Seng avançou 0,49% em Hong Kong, a 20.590,15 pontos, com a ajuda de ações de tecnologia, enquanto o sul-coreano Kospi mostrou leve ganho de 0,09% em Seul, a 2.583,27 pontos, e o Taiex subiu 0,67% em Taiwan, a 23.348,45 pontos.

Na China continental, o Xangai Composto registrou alta de 0,59%, a 3.299,70 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto avançou 1,85%, a 1.974,65 pontos, em meio ao forte desempenho de ações ligadas à energia solar e da área farmacêutica.

Como se previa, o banco central chinês (PBoC) decidiu deixar sua taxa de juros de médio prazo inalterada em 2%, depois de anunciar uma série de agressivos cortes de juros desde o mês passado.

Já o Nikkei caiu 0,60% em Tóquio, a 37.913,92 pontos, pressionado por ações de bancos e do setor automotivo, em meio a um clima de cautela antes da eleição geral do Japão, no domingo (27). Pesquisas sugerem que a coalizão governista japonesa poderá não conquistar maioria na câmara baixa do Parlamento.

Na Oceania, a bolsa australiana encerrou o pregão praticamente estável, com avanço marginal de 0,06% do S&P/ASX 200, a 8.211,30 pontos.

LÍBANO

Ataque aéreo de Israel mata três funcionários de emissoras de TV

Os mortos são dois funcionários da rede pan-árabe Al-Mayadeen e um operador de câmera da Al-Manar TV. O ataque aconteceu em Hasbaya, que havia sido poupada de grande parte dos combates



O ataque aéreo israelense em solo libanês aconteceu na região de Hasbaya, que havia sido poupada de grande parte dos combates ao longo da fronteira entre Israel e Líbano até agora.



Mulher com filhos durante ataque

Guerras afetam 612 milhões de mulheres

Há 24 anos, o Conselho de Segurança adotou de forma unânime a Resolução 1325 sobre mulheres, paz e segurança. A decisão prevê maior participação de mulheres na construção da paz, proteção das violações dos direitos humanos e promoção do acesso à justiça e dos serviços contra a discriminação.

A diretora executiva da ONU Mulheres, Sima Bahous, disse que, desde 2000, "não foi visto muito progresso, mas sim regressão na agenda". Ela pediu maior compromisso "em fazer as coisas de forma diferente e melhor".

Atualmente, 612 milhões de mulheres e meninas são afetadas por guerras. O total equivale a mais da metade do que há uma década em meio a crises cada vez mais profundas em "frequência, gravidade e urgência".

A chefe da ONU Mulheres citou exemplos de situações como na Faixa de Gaza e em países como Sudão, Haiti, Mianmar, Afeganistão, República Democrática do Congo, Sahel, Sudão do Sul, Síria, Ucrânia, Iêmen e outros.

Bahous mencionou o relatório do secretário-geral revelando que a proporção de mulheres mortas em conflitos dobrou em 2023. A alta de casos confirmados de violência sexual relacionada a conflitos foi de 50%. Já o total de meninas afetadas por violações graves cresceu em 35%.

As Nações Unidas estimam ainda que metade das mulheres e meninas vivendo em cenários afetados por conflitos enfrenta insegurança alimentar moderada a grave.

Pelo menos 61% das vítimas da mortalidade materna se concentram em 35 países afetados por conflitos. Com maternidades bombardeadas, auxílio bloqueado para saúde reprodutiva e aumento da violência sexual, esses números deverão aumentar.

Nos esforços pela paz, a atenção dada às mulheres é considerada inadequada, e com sua liderança e voz seguindo a mesma tendência. A participação do grupo na tomada de decisões e na política está estagnada em países afetados por conflitos.

Na última década, a porcentagem de participação feminina em negociações de paz ficou abaixo de 10% em todos os processos e em menos de 20% em iniciativas lideradas ou apoiadas pelas Nações Unidas.

O ano de 2023 terminou com menos acordos de paz e resoluções do Conselho de Segurança com disposições relacionadas ao gênero.

Um ataque aéreo israelense a um complexo que abriga jornalistas no sudeste do Líbano matou três funcionários de emissoras de televisão, informou a agência estatal libanesa nesta sexta-feira, 25. Os mortos são dois funcionários da rede pan-árabe Al-Mayadeen, de Beirute, e um operador de câmera da Al-Manar TV, do Hezbollah.

O ataque aconteceu na região de Hasbaya, que havia sido poupada de grande parte dos combates ao longo da fronteira até agora.

Vários jornalistas já morreram desde o início do conflito, em outubro do ano passado. Em novembro de 2023, dois jornalistas da Al-Mayadeen foram mortos em um ataque de drone. Um mês antes, um bombardeio matou um cinegrafista da Reuters e feriu jornalistas da Agence France-Presse e da TV Al-Jazeera.

A Força Interina das Nações Unidas no Líbano, Unifil, informou que continua monitorando e relatando ao Conselho de Segurança sobre a "escalada dramática da violência" nas últimas semanas na região.

Embora a Unifil tenha tomado medidas de proteção de suas forças de paz, a situação de segurança é considerada "extremamente desafiadora".

Na manhã desta quarta-feira, duas equipes de evacuação médica reunidas na localidade de Yarin foram alvo de disparos que atingiram um veículo.

Na noite do mesmo dia, um projétil de origem desconhecida atingiu uma unidade médica em outra localidade, a de Beit Leif, danificando prédios. Outros ataques atingiram alojamentos de soldados de paz. Segundo a Unifil, ninguém ficou ferido.

Desde o início do mês, os integrantes da Unifil observaram confrontos em pelo menos outras 12 localidades. A nota ressalta que todos as partes em conflito têm a obrigação de "evitar ações que coloquem as forças de paz ou civis em perigo".

A Missão da ONU lembra que as diferenças devem ser resolvidas em negociações, "por meio de uma solução política e diplomática não por meio da violência".

A missão adicionou que permanece no local pronta para apoiar esta via de resolução. De

GENOCÍDIO



Gaza: no total 127 crianças foram autorizadas a sair. Muitas sofrendo de traumatismo craniano, amputações, queimaduras, câncer e desnutrição

Norte de Gaza vive período mais sombrio do conflito

O alto comissário dos direitos humanos, Volker Turk, disse que o norte de Gaza está vivendo o momento mais sombrio do conflito.

Em comunicado, divulgado em Genebra, ele citou ações do Exército israelense como bombardeios e cercos que obrigam as pessoas a optar por deslocamento em massa ou ficarem no meio do fogo cruzado.

Turk disse que os líderes internacionais devem colocar em ação a premissa de que os "Estados têm o dever, sob as Convenções de Genebra, de garantir o respeito ao direito internacional humanitário".

Para o Fundo da ONU para a Infância, Unicef, a evacuação está em ritmo lento a uma taxa de menos de uma criança por dia. No caso, levaria mais de sete anos para evacuar 2,5 mil delas precisando de cuidados médicos urgentes.

A agência destaca que a morte de crianças em Gaza não é apenas por causa das bombas, balas e granadas que as atingem. Mesmo quando "milagres acontecem" e estas sobrevivem, quando as bombas explodem e as casas desabam, estas são impedidas de deixar a área para receber os cuidados urgentes.

Entre 1º de janeiro e 7 de maio, ape-

nas 296 crianças foram evacuadas por mês. Desde o fechamento da passagem de Rafah, devido à ofensiva terrestre, iniciada em 7 de maio, o número de evacuações desceu para 22 por mês.

Volker Turk citou ações do Exército israelense como bombardeios e cercos que obrigam as pessoas a optar por deslocamento em massa ou ficarem no meio do fogo cruzado.

No total 127 crianças foram autorizadas a sair. Muitas sofrendo de traumatismo craniano, amputações, queimaduras, câncer e desnutrição.

A Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa, diz haver grandes dificuldades para "obter até mesmo um pedaço de pão" em Deir al-Balah.

Todos os residentes na Faixa de Gaza "enfrentam risco de fome devido aos bombardeios contínuos, à violência crescente, às terras agrícolas severamente danificadas e à falta de acesso humanitário".

Em nota separada, vários especialistas da ONU se disseram alarmados com as "condições angustiantes" dos palestinos com deficiência, que permanecem sem poder sair de Gaza.

acordo com a Agência da ONU de Assistência aos Refugiados Palestinos, Unrwa, a escalada no Líbano está tendo impactos trágicos sobre os civis.

Em meio à escassez de serviços essenciais, a agência conseguiu, depois de quase três semanas, reabrir uma clínica de cuidados de saúde primários no campo de saúde no sul do país.

A clínica também promoveu vacinação de crianças e entrega de medicamentos.

O coordenador residente da ONU para a Síria emitiu uma nota sobre o ataque à principal rota de passagem de fronteira entre o Líbano e a Síria, na terça-feira.

Adam Abdelmoula afirmou que a destruição "tornou esta rota vital intransitável".

Segundo ele, além de bloquear o fluxo de ajuda humanitária, este último ataque está forçando os pais a carregarem os seus filhos e pertences em

meio a estradas destruídas.

O representante da ONU afirmou que é "inaceitável" que este local tão importante para a salvação de milhares de civis, incluindo mulheres e crianças, tenha sido atingido duas vezes em menos de três semanas.

Também ocorreram ataques aéreos de fronteiras entre Israel e Líbano, fazendo com que as pessoas busquem rotas alternativas, que podem demorar

mais tempo e ser mais perigosas.

Abdelmoula apelou pelo fim imediato de tais ataques.

De acordo com o Escritório da ONU para Coordenação de Assuntos Humanitários, Ocha, a situação no Líbano deteriorou-se gravemente, com o flagrante desrespeito ao direito internacional humanitário.

A agência enfatizou que a proteção de civis e trabalhadores humanitários não é opcional, é uma obrigação legal e moral.

PROJETO

Coronel estabelece áreas para emendas de bancada

Cada bancada terá direito a oito emendas. Hoje em dia, não há um limite e é possível que os parlamentares dividam o valor total

O projeto de lei complementar com novas regras para as emendas parlamentares definiu um rol de 18 áreas consideradas “estruturantes” para a aplicação de emendas parlamentares de comissão e de bancada. A definição dessas áreas era um dos pontos que permanecia em discussão nos últimos dias.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do Orçamento do ano que vem e autor do PLP das emendas parlamentares, colocou as seguintes áreas como “estruturantes”: Universalização do ensino infantil; Educação em tempo integral;

Educação profissional técnica de nível médio; Ensino superior; Saneamento; Habitação; Saúde; Adaptação às mudanças climáticas; Transporte; Infraestrutura hídrica; Infraestrutura para desenvolvimento regional; Infraestrutura e desenvolvimento urbano; Defesa nacional; Segurança pública; Turismo; Assistência social; Cultura e Esporte.

O projeto, porém, abre uma brecha para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias que guiará o Orçamento possa incluir outros tipos de investimentos nessa lista a cada ano.

Cada bancada estadual terá direito a oito emendas. Hoje em dia, não há um limite e é possível que os deputados e senadores dividam o valor total individualmente, o que, na prática, faz com que elas se tornem emendas individuais.

O projeto, porém, não estabeleceu um limite para as emendas de comissão, como vinha sendo discutido. O texto define que as emendas de comissão “somente poderão ter como objeto ações orçamentárias de interesse nacional ou regional”, seguindo o mesmo rol de áreas estruturantes das emendas de bancada.

Pelo menos 50% dos recursos destinados pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado terão de ser direcionados à saúde. Caberá aos líderes partidários apresentar as sugges-



Coronel incluiu no projeto um trecho que diz que os órgãos executores indicarão ao Congresso as programações

tões de emendas aos colegiados, que votarão e definirão as escolhidas para entrar no Orçamento. Não haverá uma divulgação de quem foi o parlamentar responsável pela sugestão. As comissões apenas terão de encaminhar as atas das reuniões para os órgãos executores.

Esses dispositivos em relação às emendas de comissão têm o potencial de dificultar as negociações com o STF, já que uma das principais demandas era que fosse definido quem são os congressistas responsáveis pela indicação dos recursos.

Um dos pontos que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu incluir no texto é um limite para o crescimento das emendas seguindo o arcabouço fiscal. O texto é uma busca de entendimento com os Poderes Executivo e Judiciário para atender a decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, e buscar mais transparência.

O governo conseguiu dois principais trunfos na negociação com o Congresso. O principal deles, que permanecia em discussão nos últimos dias, era a

inclusão de um teto para o crescimento das despesas no próprio projeto de lei complementar. Esse foi um pedido do ministro da Casa Civil, Rui Costa, e de sua equipe ao senador Angelo Coronel em reunião que eles tiveram nesta semana.

Havia um receio de que, para viabilizar esse teto, seria necessário aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Coronel decidiu incluir esse limite de crescimento seguindo o arcabouço fiscal em seu texto. “O montante total anual das emendas parlamentares previstas nos 9º e 12 do art. 166 da Constituição Federal será igual ao montante do exercício imediatamente anterior, atualizado pela correção do limite de despesa primária estabelecido no art. 4º da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, aplicando-se esta regra enquanto o regime fiscal implementado pela referida Lei Complementar estiver vigente”, definiu o senador.

Outro trunfo do governo foi a inclusão de um trecho que diz que os “órgãos executores de políticas públicas”, como ministérios e autarquias, “indicarão ao

Congresso Nacional, até 30 de setembro do exercício anterior ao da lei orçamentária anual, as programações, projetos e critérios para atendimento prioritário, com o objetivo de subsidiar a elaboração das emendas coletivas e promover a eficiência na alocação dos recursos público”.

Em contrapartida, o Congresso tem como principal ativo nas negociações a manutenção do valor global das emendas. Ao longo das negociações, chegou-se a cogitar repassar ao Poder Executivo parte dos recursos das emendas de comissão - que foram irrigadas com dinheiro das emendas de relator, que ficaram conhecidas como “Orçamento Secreto”. O ponto negativo para os parlamentares é que o crescimento, a partir de agora, seguirá as regras de limite de crescimento das despesas do arcabouço fiscal.

O projeto de lei complementar com novas regras para as emendas parlamentares prevê mecanismos de controle mais rígidos para as chamadas “emendas Pix”, uma das demandas do Supremo para dar mais transparência a esses repasses.

MÁ-FÉ

Cestas: Caiado cometeu abuso de poder político

A Justiça Eleitoral considerou que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil) e o candidato apoiado por ele para a prefeitura de Goiânia, Sandro Mabel (União Brasil) praticaram abuso de poder político. A campanha de Rodrigues Fred Rodrigues (PL) os denunciou por abuso de poder político em eventos nos dias 17, 19 e 20 de outubro, onde cestas básicas foram distribuídas pelo governo estadual. Procurado, Caiado se disse surpreso. Já Mabel repudiou as acusações e disse que tomará “as medidas judiciais contra a litigância de má-fé praticada pelo candidato adversário”.

A campanha de Rodrigues acusou o governador e o candidato de abuso de poder político durante duas edições do evento Goiás Social. O evento é parte do programa de assistência social do governo do estado. “O Programa Social ‘Goiás Social’, ainda que seja um programa social em andamento pertencente ao Governo do Estado de Goiás, foi utilizado de maneira deliberada para promover o candidato à prefeitura de Goiânia Sandro Mabel, desequilibrando o pleito eleitoral, portanto, vedado pela legislação eleitoral”, decidiu a juíza Maria Umbelina Zorzetti.

Fotos anexadas ao processo mostram pessoas com adesivos e santinhos de Mabel durante o evento, já vídeos mostram eleitores dizendo que depois de pegar a senha para retirar as cestas pediram que votassem no número de Mabel. Fontes da campanha de Rodrigues disseram que ao redor do evento pes-

soas trabalhavam para Mabel com bandeiras e camisetas do candidato pedindo votos para eleitores que deixavam o local com suas cestas básicas.

Em nota, Caiado afirmou que o programa já existe há mais de quatro anos e sempre foi aberto ao público. “Os eventos, com entrega de benefícios à população em vulnerabilidade, sempre foram abertos ao público. Prova disso é que cabos eleitorais ligados ao candidato do PL atuaram nas proximidades deles, como admite a própria decisão”.

De fato, a decisão afirma que havia membros da campanha de Rodrigues, porém a juíza entendeu que, como o governador que declara apoio a Mabel publicamente, ele estaria usando o cargo para tentar interferir no resultado do pleito. “Estão fazendo uso da máquina pública para angariar apoio político por meio do oferecimento de cestas básicas em troca de voto”, escreve a magistrada.

Com isso, Caiado, Mabel e sua vice ficaram proibidos de “realizar atos políticos partidários praticando conduta vedada, em específico a entrega de benefícios eventuais com pedido de voto cumulada com a entrega de material de campanha”.

A juíza reafirmou que “a legislação eleitoral veda a utilização de programas sociais de governo para promoção pessoal e eleitoral de um candidato”. Porém, em sua nota, Caiado disse que já se antecipou e suspendeu o programa desde a última segunda-feira, 21, até a próxima semana.

GOLPE

CCJ da Câmara pauta para votação anistia de presos



Rodrigo Valadares: texto relatado por ele é visto como “amplo demais”

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Caroline de Toni (PL-SC) pautou para a próxima semana o projeto de lei que trata da anistia aos presos envolvidos nos ataques golpistas às sedes dos Três Poderes no 8 de Janeiro. A expectativa de bolsonaristas é votar a proposição já na terça-feira, 29.

O texto, relatado pelo deputado Rodrigo Valadares (União-SE), é visto por juristas como “amplo demais”, podendo beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A proposição quer anistiar todos os participantes das manifestações em defesa do golpe, inclusive aqueles que “as apoiaram, por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas”.

Nesse caso, o projeto tornaria imune de punição os financiadores da invasão aos prédios dos Três Poderes e os agitadores que insuflaram a multidão golpista por meio das redes sociais. Parlamentares bolsonaristas e próprio Bolsonaro são investigados no Supremo Tribunal Federal (STF) por terem apoiado as manifestações que terminaram em vandalismo e destruição do patrimônio público.

Além disso, a proposta afeta “todos que participaram de eventos subsequentes ou eventos anteriores aos fatos aconte-

cidos em 08 de janeiro de 2023, desde que mantenham correlação com os eventos acima citados”. Bolsonaro é investigado pela Polícia Federal (PF) sob suspeita de ter orquestrado uma tentativa de golpe militar no País. Ele também é alvo dos inquéritos das milícias digitais e das fake news que apuram fatos conexos.

Valadares, por sua vez, afirma que a proposição busca garantir a individualização das condutas para evitar condenações desproporcionais. O relatório também aponta violações a princípios do ordenamento jurídico, como a individualização da pena, a proporcionalidade, a dignidade humana e o in dubio pro reo (na dúvida, a favor do réu).

Essa é a principal pauta defendida por bolsonaristas neste ano. “Desde que assumi a CCJ, havia uma grande expectativa em relação a esse tema”, diz De Toni. “Agora, chegou a hora de avançarmos nessa discussão.”

No período de um ano, mais 2.170 pessoas foram presas, a maioria por ter invadido e atacado diretamente os prédios públicos no 8 de Janeiro. Segundo o STF, a Corte recebeu 1.345 denúncias de golpistas em dois inquéritos e diversas petições. Desse número, 1.113 foram suspensas por decisão do relator, ministro Alexandre de Moraes, para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) avalie se propõe acordos de não persecução penal.

SABATINA

Boulos assumiu proposta de Marçal das escolas olímpicas

O candidato à Prefeitura de São Paulo derrotado no primeiro turno Pablo Marçal (PRTB) questionou o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL) em sabatina online se ele estaria “copiando” seu estilo de campanha e suas ideias de divulgação. “Teve uma ideia sua (de Marçal) que eu assumi, das escolas olímpicas”, respondeu o candidato.

“Não tenho problema de ver uma ideia boa do meu adversário. Nunes (o prefeito e seu adversário do MDB) acertou numa ideia, sobre faixa azul para motocicleta”, continuou o parlamentar. “O Centão se juntou para tentar impedir a mudança, representada pelo 50. Eu defendo a mudança, e quem votou em você (no Marçal), também.”

Entre as perguntas do ex-coach, Boulos atribuiu as causas de sua alta rejeição ao fato dele “tomar lado” e disse que “nunca fica em cima do muro”. Sobre melhorar a cidade sem aumen-

tar impostos, o candidato afirmou que não há “bala de prata”, mas não apresentou propostas que indicassem aumento em sua gestão caso eleito.

O psolista também ressaltou que nunca participou de esquemas de corrupção. “Não fazer corrupção é principal resposta para não mexer no bolso das pessoas”, disse. Não fazer corrupção é principal resposta para não mexer no bolso das pessoas, diz Boulos.

O candidato à Prefeitura de São Paulo explicou, em sabatina com Pablo Marçal (PRTB), como ele fará para aumentar a receita da capital paulista.

Marçal o questionou como aumentar a receita das contas públicas sem aumentar imposto e taxa. “Tenho solução sim. Uma delas é poder garantir que a Prefeitura tenha mais inovação para fazer a cobrança da dívida ativa. Você, hoje, tem mais de R\$ 150 bilhões de dívida com a Prefei-

tura. Tem poucos procuradores da Fazenda fazendo a cobrança dessas dívidas. Dá para implementar métodos, que outras metrópoles do mundo têm, inclusive, com uso de inteligência artificial para poder facilitar a cobrança dessas dívidas sem aumentar R\$ 1 de taxa”, explicou Boulos.

Segundo o candidato, o problema da capital é a falta de planejamento. “São Paulo não precisa aumentar imposto. O orçamento é de R\$ 112 bilhões. É o maior orçamento da história da cidade. O problema não é falta de dinheiro, é falta de planejamento. Se você direcionar melhor o gasto público, você consegue garantir que a política pública seja eficiente na ponta”.

“Não significa aumentar imposto. É uma dívida que já está inscrita, que não cabe ao prefeito que entrar falar que essa dívida não existe mais. É um pas-

sivo que já está lá, por determinações legais, e cabe a prefeitura cobrar”, conta Boulos.

Para ele, é importante, também, combater a corrupção na prefeitura. “A terceira coisa, e mais importante, é não desviar dinheiro público. Hoje temos alguém na Prefeitura de São Paulo cheio de suspeitas. Combater a corrupção dentro da Prefeitura é a principal resposta de como fazer o gasto público ir para o lugar certo sem mexer R\$ 1 no bolso das pessoas”.

O candidato à Prefeitura de São Paulo criticou a privatização dos cemitérios e as empresas que não prestam um bom serviço para a população em São Paulo.

Ele nega ser “contra” as empresas. “A gente vive em um país capitalista. São Paulo é a cidade mais pujante, economicamente, desse País. Portanto, as empresas têm papel decisivo em um país capitalista”.

REPARAÇÃO

Governo e empresas fecham acordo de R\$ 170 bilhões

O Fundo Ambiental da União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo receberão R\$ 14,3 bilhões para projetos de recuperação da Bacia do Rio Doce

O governo federal formalizou na sexta-feira, 25, o acordo de R\$ 170 bilhões para reparação de danos decorrentes do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), ocorrido em 2015. O ponto central é o pagamento de R\$ 132 bilhões em recursos novos pelas empresas envolvidas na tragédia.

A barragem do Fundão estava sob a responsabilidade da Samarco - controlada pelas mineradoras Vale (brasileira) e BHP Billiton (anglo-australiana). Os representantes das companhias assinaram também um acordo, ao lado do advogado-geral da União, Jorge Messias. Cerca de R\$ 38 bilhões já foram desembolsados via Fundação Renova e R\$ 32 bilhões são obrigações a fazer, com aplicação direta pelas empresas. Já o pagamento de R\$ 100 bilhões será destinado a políticas de reparação socioambientais e deverá ser pago pelas empresas ao poder público no prazo de 20 anos.

O valor de R\$ 40,73 bilhões será destinado diretamente aos atingidos. Outros R\$ 16,13 bilhões serão aplicados diretamente na recuperação ambiental.

Outra parcela de R\$ 17,85 bilhões será reservada para fins socioambientais "com reflexões aos indiretamente atingidos e ao meio ambiente", disse o governo. Para melhorias em saneamento e rodovias estão previstos R\$ 15,60 bilhões, enquanto o restante será destinado aos municípios afetados (R\$ 7,62 bilhões). Há também as aplicações institucionais, de transparência e outros fins, em R\$ 2,07 bilhões.

Dentre as aplicações está prevista a criação de um novo fundo administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de um programa de transferência de renda a pescadores e agricultores atingidos pela tragédia. Além disso, há investimentos na duplicação de duas rodovias (BR-262 e BR-356) que cruzam os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, dentre outros pontos.

Na área ambiental, o Fundo Ambiental da União e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo receberão um total de R\$ 14,3 bilhões para projetos de recuperação e compensação ambiental na Bacia do Rio Doce. Outros R\$ 17,5 bilhões serão destinados aos mesmos Estados para projetos de natureza mista (social,



Desastre de Mariana: a barragem do Fundão estava sob a responsabilidade da Samarco, controlada pela Vale e BHP

ambiental e de retomada econômica da Bacia), sendo que até 20% do valor poderá ser aplicado fora da Bacia. Ainda entre as medidas ambientais, R\$ 2 bilhões serão destinados à constituição de um fundo perpétuo, com rendimentos aplicados no enfrentamento às consequências das enchentes: retirada

de lama, recuperação de solos, infraestrutura entre outros.

Na área da saúde, foram alocadas medidas para a saúde coletiva na Bacia do Rio Doce. O investimento totaliza R\$ 12 bilhões, sendo R\$ 3,6 bilhões destinados à infraestrutura e equipamentos, e R\$ 8,4 bilhões para a constituição de um Fundo

Perpétuo. O fundo visa utilizar os rendimentos para custeio adicional ao Sistema Único de Saúde (SUS) na região. A gestão dos recursos será compartilhada entre a União (Ministério da Saúde) e os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, com repasse aos municípios

A União também se compro-

mete a ressarcir os gastos extraordinários com a Previdência Social, que incluem ações acidentais e a manutenção da condição de segurança especial para os pescadores afetados. Este programa beneficiará cerca de 20 mil pescadores que não puderam exercer suas atividades desde o rompimento até dois anos após a homologação do acordo. O custo previsto é de R\$ 495 milhões.

Para a retomada econômica da região, foi criado um Fundo Popular da Bacia do Rio Doce, com um investimento de R\$ 6,5 bilhões. Este fundo será utilizado em projetos e programas de fomento produtivo, rural, e em educação, ciência, tecnologia e inovação, com deliberação direta das comunidades afetadas.

A restrição das cadeias produtivas da pesca e da aquicultura também é uma prioridade. Um investimento de R\$ 2,44 bilhões será destinado à liberação gradual da pesca, atualmente suspensa, conforme os planos de ordenamento foram elaborados. A gestão será compartilhada entre a União e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Na área de infraestrutura, um total de R\$ 4,3 bilhões serão investidos na duplicação e melhorias das rodovias federais que atravessam a Bacia do Rio Doce, especificamente nas BR-262 e BR-356. A responsabilidade pelas ações na BR-262 ficará com o governo federal. Já a BR-356 com o governo de Minas Gerais.

Um repasse de R\$ 6,1 bilhões será feito aos 49 municípios da calha do Rio Doce, distribuído conforme um índice definido pelo Consórcio dos Municípios (Coridoce). A adesão será voluntária e individual de cada município. Para indígenas, povos e comunidades tradicionais serão destinados R\$ 8 bilhões, que serão geridos por esses grupos.

SEGUROS

Allianz alcança energia elétrica 100% renovável em seus prédios

Para além dos negócios, empresas, de diferentes setores, têm desenvolvido metas voltadas à sustentabilidade, que reforçam o seu compromisso não só com a responsabilidade corporativa, mas também com o impacto positivo no mundo.

A Allianz Seguros estabeleceu, em 2019, objetivos que visam impulsionar a empresa em direção a um futuro mais sustentável pelos próximos anos, sendo que alguns resultados já são tangíveis: o alcance de 100% da energia elétrica de seus prédios provenientes de fontes renováveis e a redução da emissão de carbono, da geração de resíduos, do consumo de água e do uso de papel.

Elysangella Nunes, superintendente de Comunicação, Sustentabilidade e Relações Institucionais da Allianz Seguros, explica que um conjunto de iniciativas vem contribuindo para atingir essas metas. "Nosso foco tem se direcionado para manter a eficiência no consumo de recursos naturais, reduzir cada vez mais as emissões de carbono, e mais do que isso: considerar as mudanças climáticas no planejamento da empresa, com estratégias para reduzir e mitigar os seus impactos", afirma a executiva. "Priorizamos três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU - 8, 13 e 17 - para orientar a integração da sustentabilidade em toda a Allianz e nos ajudar a contribuir para mudanças sociais, ambientais e econômicas", completa.

No ano passado, os prédios da Allianz Brasil localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro, que possuem LEED Platinum e Gold passaram a contar com energia elétrica integralmente gerada por fontes renováveis.

"Esse resultado se deu, sobretudo, por meio da migração para o mercado livre de energia e de certificados de neutralização de carbono, com garantia e rastreabilidade", afirma Elysangella. As águas de chuva e condensação de ar condicionado são captadas por ralos e canalizações via tubulações específicas até um reservatório separado e, a partir disso, podem ser reutilizadas para alguns usos específicos, como descargas de vaso sanitários. Com ações como essa, no período entre 2019 e 2023, a Allianz conseguiu reduzir o consumo de água em 70% por colaborador.

Houve, ainda, a queda de mais de 60% na emissão de carbono por colaborador e nas emissões decorrentes de viagens corporativas. O consumo de energia também caiu em aproximadamente 60%, enquanto a geração de resíduos, também medida por colaborador, diminuiu em 80%. O consumo de papel, inicialmente previsto para 20% por apólice, atingiu praticamente 80% em 2023. No mesmo ano, a Allianz lançou a sua Política de Sustentabilidade no Brasil em consonância com os requisitos da Circular 666 da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e criou seu primeiro curso de sustentabilidade para colaboradores, no formato remoto.

"Os recursos economizados são utilizados exclusivamente em prol da Allianz e monitorados por meio de sistemas de medição, gerenciamento de consumo, processos para reduzir perdas e equipamentos eficientes, aliados às infraestruturas dos prédios e campanhas de engajamento, para o uso inteligente por parte dos funcionários e frequentadores dos edifícios".



Café da manhã do Clube de Vida em Grupo do Rio de Janeiro com a MAPFRE foi um sucesso

MAPFRE apresenta produto e fala de negócios em evento do CVG-RJ

Na quarta-feira (23), o Clube Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ), recebeu para um café em sua sede, no Centro do Rio, a equipe da MAPFRE Seguros. Presentes pela seguradora estavam a diretora comercial de Vida e Previdência, Carolina de Molla Lorenzatto e a especialista de Seguros de Pessoas, Cláudia Suarez, além do time da sucursal Rio de Janeiro da MAPFRE.

Diferente do formato habitual dos encontros promovidos pelo CVG-RJ, a manhã começou com abertura de Igor Menezes, gerente da sucursal Rio de Janeiro da MAPFRE, seguida da palestra da diretora comercial de Vida e Previdência e de um talk show, mediado pela especialista de Seguros de Pessoas da companhia, que teve como convidados dois profissionais experientes do mercado: Pedro Monteiro, diretor nacional de Vida da MDS Brasil e Sonia Marra, diretora adjunta do CVG-RJ. A apresentação foi finalizada por Carlos Santos, gerente de sucursal na MAPFRE.

"Nosso objetivo foi trazer para os corretores do Rio mais informações sobre o seguro de pessoas, novas possibilidades de negócios e apresentar o produto que a MAPFRE acaba de lançar que protege contra doenças graves", explicou a diretora Caro-

lina de Molla Lorenzatto. O produto a que ela se refere, oferece indenização em caso de diagnóstico para até 25 doenças de alta complexidade, sem necessidade de contratar coberturas adicionais. E tem também uma opção infantil com cobertura para 12 doenças graves.

A MAPFRE tem ampliado o conceito de seguro de vida, combatendo o mito de que seguro de vida está somente ligado a morte, com produtos em que as coberturas podem ser usadas em vida, para proteger o bem-estar da família, planejar financeiramente um futuro sustentável, cuidando assim do que as pessoas mais valorizam.

Segundo Cláudia Suarez, especialista de Seguros de Pessoas, para a companhia a proteção de pessoas é visto mais que um negócio, é um propósito da MAPFRE. "A proteção de pessoas é hoje uma responsabilidade social de cada um de nós", enfatiza. O talk show, mediado por Cláudia, contou com participações que enriqueceram o encontro. Para Pedro Monteiro, diretor nacional da MDS Brasil, uma das principais corretoras de seguros do país, é sempre uma grande oportunidade estar em eventos que disseminem o seguro de vida também como proteção financeira para as famílias.

Os riscos da Fraudes na Saúde Suplementar

Durante o painel do 23º Congresso dos Corretores de Seguros, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Saldanha Palheiro, apresentou um cenário alarmante sobre o avanço das fraudes na Saúde Suplementar.

"Falar de fraudes em Saúde é um tema desafiador e ingrato. Há uma grande subnotificação dessas fraudes, que se tornam cada vez mais sofisticadas. Esse problema não apenas mina as operadoras de saúde e o sistema público, mas impacta toda a sociedade, já que os custos são repassados para todos", afirmou o ministro Palheiro.

O ministro destacou que a fraude é uma ameaça grave à sustentabilidade do setor, especialmente para pequenas e médias operadoras de Saúde. Com perdas contínuas que atingem bilhões, as fraudes, aliadas à judicialização excessiva, podem enfraquecer ainda mais o sistema privado. Em um cenário extremo, se essas operadoras falirem, seus mais de 50 milhões de segurados teriam que migrar para o SUS, o que poderia colapsar o sistema público.

"Temos duas pontas de vulnerabilidade na Saúde Suplementar: a fraude e a judicialização. A fraude é mais grave, porque, enquanto a judicialização é visível, a fraude é apenas a ponta do iceberg", afirmou Palheiro.

OBRIGAÇÕES

Vale fecha acordo de reparação do rompimento da barragem da Samarco

O valor de R\$ 170 bilhões, acordado com o Poder Público, é destinado a cobrir obrigações passadas e futuras, focando nas necessidades das pessoas, comunidades e do meio ambiente impactados pelo incidente.

A Vale anunciou nesta sexta-feira, 25, um acordo definitivo de R\$ 170 bilhões com o Poder Público para a reparação do rompimento da Samarco, em colaboração com a Samarco Mineração, BHP Billiton Brasil, o governo Federal, os governos dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Defensorias Públicas e outras entidades públicas brasileiras.

O valor acordado é destinado a cobrir obrigações passadas e futuras, focando nas necessidades das pessoas, comunidades e do meio ambiente impactados pelo incidente. Este valor será dividido em três linhas principais de obrigações, abrangendo todas as demandas relacionadas ao rompimento, incluindo danos socioambientais e socioeconômicos.

O acordo, mediado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 6ª Região, visa a resolução do caso, proporcionando segurança jurídica e benefícios mútuos. Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o presidente da Vale, Gustavo Pimenta, mencionou que o acordo sublinha o compromisso da empresa com a sociedade brasileira, visando um futuro melhor para as pessoas, comunidades e o meio

ambiente afetados.

Os recursos serão utilizados em várias áreas de compensação, como saúde, saneamento, atividades pesqueiras, financiamento comunitário, com atenção especial às comunidades indígenas e tradicionais e aos municípios afetados. A documentação final foi aprovada e assinada por todas as partes, incluindo o conselho de administração da Vale, garantindo a implementação do acordo.

A Samarco será responsável por cumprir certas obrigações, que incluem a implementação de um sistema de indenização individual simplificado e voluntário, ações para a recuperação ambiental do Rio Doce e a finalização dos reassentamentos comunitários, com aproximadamente 94% dos casos previstos para serem concluídos até 30 de setembro de 2024.

Consequentemente, algumas das 42 iniciativas da Fundação Renova serão progressivamente transferidas para a Samarco ou para autoridades competentes, enquanto outras iniciativas serão finalizadas. A estrutura de governança da Fundação Renova será descontinuada após a formalização desse processo.

“A Vale confirma seu compromisso em apoiar a Samarco na reparação dos prejuízos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão,



O valor será dividido em três linhas principais de obrigações, abrangendo todas as demandas relacionadas ao rompimento, incluindo danos socioambientais e socioeconômicos.

incluindo a responsabilidade, acordada anteriormente pelos acionistas, de cobrir até 50% dos valores que a Samarco não conseguir financiar como devedora principal. A provisão da Vale para essas obrigações, registrada em 30 de setembro de 2024, é de US\$ 4,7 bilhões, abrangendo também as estimativas das contribuições da Samarco. O cronograma para os desembolsos financeiros previstos foi

detalhado”, afirma a empresa. Para o quarto trimestre de 2024, as obrigações a pagar estão previstas em R\$ 5 bilhões, seguindo uma progressão anual que aumenta para R\$ 6 bilhões em 2025, R\$ 7 bilhões em 2026, e depois diminui gradualmente para R\$ 5 bilhões em 2027, mantendo-se estável até 2029, antes de subir ligeiramente para R\$ 5,1 bilhões e finalmente alcançar R\$ 5,5 bilhões em 2030, com

uma média anual de R\$ 4,7 bilhões ao longo do período. Paralelamente, as obrigações a fazer começam com R\$ 2,4 bilhões no quarto trimestre de 2024, experimentando um pico significativo de R\$ 16,8 bilhões em 2025. Após este pico, há uma redução para R\$ 5,1 bilhões em 2026, seguida por uma diminuição mais acentuada para R\$ 800 milhões em 2027, e decrescendo ainda mais para

R\$ 7 milhões em 2028, R\$ 600 milhões em 2029, e finalmente estabilizando em R\$ 8 milhões em 2030, com uma média de R\$ 500 milhões ao longo dos anos. “Este cronograma reflete o planejamento financeiro da empresa para cumprir suas obrigações futuras, mostrando um gerenciamento cuidadoso de seus compromissos financeiros ao longo do tempo”, conclui.

ÓRAMA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 13.293.225/0001-25 - NIRE 33.3.0029700-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de junho de 2024 (lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76).

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 28 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Companhia”), com sede localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, Botafogo, CEP 22.250-040.

2. Presença e Convocação: A convocação foi dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”).

3. Composição da Mesa: Assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Bruno Duarte Horta Nogueira, que convidou a Sra. Fernanda Jorge Stallone Palmeiro para atuar como Secretário.

4. Ordem do Dia e Deliberações: 4.1. Aprovar a lavratura da presente ata forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. 4.2. Aprovar os termos e condições do “Protocolo e Justificação da Incorporação” celebrado, nesta data, entre a Companhia, Órama Controle e Participações 1 S.A., sociedade por ações, devidamente constituída e existente de acordo com as Leis do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.005.051/0001-19, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, Bloco II, Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040 (“OCP1”); e O10 Participações S.A., sociedade por ações, devidamente constituída e existente de acordo com as Leis do Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.496.404/0001-92, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, Bloco II, Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040 (“O10”) anexo à presente ata na forma do seu Anexo I (“Protocolo”), o qual estabeleceu os termos e as condições da incorporação da OCP1 à Companhia.

4.3. Ratificar a nomeação da RSM Acal Auditores Independentes S/S, empresa especializada em avaliações, com sede na Rua Teixeira de Freitas, 31 - 12º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20021-350, registrada no CRC/RJ sob o número 4.080/O-9, e inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o número 07.377.136/0001-64, tendo como responsável técnico o Sr. Cláudio Silva Foch, contador, inscrito no CRC-RJ sob o nº 102.455/O-4 e no CPF/MF sob nº 963.719.607-25 (“Empresa Especializada”), para realizar, na forma do §1º do art. 227 da Lei nº 6.404/76, a avaliação do valor patrimonial contábil da OCP1, com base em seu balanço patrimonial levantado em 31 de maio de 2024, ajustado pelos eventos subsequentes, registrando-se a presença dos representantes da Empresa Especializada para prestar os esclarecimentos eventualmente necessários com relação ao Laudo de Avaliação (conforme definido abaixo). 4.4. Aprovar, sem ressalvas, o laudo de avaliação do valor patrimonial contábil da OCP1 elaborado pela Empresa Especializada, que constitui o Anexo II da presente ata (“Laudo de Avaliação”), o qual indica que o valor patrimonial da OCP1, a valor contábil, é de R\$ 135.372.173,14 (cento e trinta e cinco milhões, trezentos e tenta e dois mil, cento e setenta e três reais e quatorze centavos), com base no balanço patrimonial da OCP1 levantado em 31 de maio de 2024, ajustado pelos eventos subsequentes. 4.5. Aprovar a incorporação da OCP1, nas condições constantes do Protocolo e do Laudo de Avaliação, nos termos do art. 227 da Lei das Sociedades por Ações. 4.6. A incorporação acima mencionada não acarretará aumento de capital da Companhia, tampouco emissão de novas ações, vez que o acervo líquido incorporado será destinado a conta de Reservas de Capital. 4.7. Em decorrência das deliberações tomadas acima, autorizar os administradores da Companhia a adotar todas as providências e assinar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação da incorporação, pela Companhia, da OCP1.

5. Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos membros da mesa e acionistas presentes. Mesa: Bruno Duarte Horta Nogueira - Presidente; Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária. Ainda, os acionistas presentes atestam os registros e as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, nos termos do artigo 127 da Lei nº 6.404/76, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2024. *Certifico que confere com a original lavrada em livro próprio.* Bruno Duarte Horta Nogueira - Presidente; Fernanda Jorge Stallone Palmeiro - Secretária. JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

JUCERJA nº 6508772 em 18/10/2024.

MARIANA (MG)

Lula desconhece destino dos recursos de antigo acordo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que não sabe o que foi feito com os R\$ 38 bilhões declarados já terem sido gastos no acordo vigente de reparação aos danos da tragédia de Mariana. “Nem o Ministério Público, a Defensoria, governos dos Estados ou governo federal sabem. Foram R\$ 37 bilhões gastos e não sabemos com o que”, afirmou durante evento no Palácio do Planalto.

As críticas do presidente foram sobre a condução das ações que ficaram sob responsabilidade da Fundação Renova, criada pelas empresas envolvidas no desastre. “Quero saber quantas casas a fundação do acordo antigo de Mariana construiu”, disse Lula.

O governo federal formalizou no evento o compromisso firmado com as empresas para o pagamento de R\$ 100 bilhões em recursos novos destinados a políticas de reparação socioambientais. Esse valor será destinado ao Poder Público ao longo de 20 anos.

Além disso, há R\$ 32 bilhões em obrigações a fazer, diretamente pelas empresas. Ou seja, são R\$ 132 bilhões em valores novos e R\$ 38 bilhões já desembolsados via Fundação Renova, totalizando o valor global de R\$ 170 bilhões.

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, declarou nesta sexta-feira, 25, que o novo acordo sobre a reparação de danos decorrentes do rompimento da barragem deixará um “legado gigante” para os próximos governadores de Minas Gerais e Espírito Santo. “Boa parte das obras não acontecerão nas gestões atuais, mas nas dos nossos sucessores, que terão condições de melhorar a vida dos mineiros



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fez críticas sobre a condução das ações sob responsabilidade da Renova

e capixabas”, disse.

Zema também criticou a Fundação Renova. “Depois de Brumadinho, fechamos um acordo. Começamos a ver que o termo de reparação da tragédia de Brumadinho começou a pavimentar estradas, a executar uma série de obras e a Fundação Renova quase nada produzia. A partir daí, vimos que o modelo poderia ser aperfeiçoado”.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse nesta sexta-feira, 25, que o governo federal quer monitoramento e transparência na aplicação dos recursos

do novo acordo de Mariana, com valor global de R\$ 170 bilhões. Ele também afirmou que é necessário um “instrumento” para antecipar benefícios do acordo.

“Que as empresas tomem o acidente de Mariana como exemplo em nome da prevenção ... Queremos monitoramento e transparência das ações do acordo de Mariana”, declarou, durante a cerimônia de assinatura do texto.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse durante a solenidade de assinatura do novo acordo de reparação da tragé-

dia de Mariana que haverá uma ampliação da rede de saúde na região, e que os impactos do desastre serão sentidos por gerações.

“Temos clareza que os efeitos da tragédia em Mariana serão sentidos por gerações. Por essa razão, temos instituído o grupo de trabalho Rio Doce, que trabalhará nas dimensões colocadas”, disse a ministra. “Iremos ampliar redes de atenção e vigilância em saúde. Constituir uma rede de pesquisa permanente para esse trabalho”, declarou ela. O acordo destina recursos à área de saúde também.

